



EDITAL ANALISTA TRF 1

MATÉRIAS	L	D	R
LÍNGUA PORTUGUESA:			
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.			
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.			
3 Domínio da ortografia oficial.			
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.			
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.			
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.			
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.			
5.1 Emprego das classes de palavras.			
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.			
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.			
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.			
5.5 Concordância verbal e nominal.			
5.6 Regência verbal e nominal.			
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.			
5.8 Colocação dos pronomes átonos.			
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.			
6.1 Significação das palavras.			
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.			
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.			
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.			
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO:			
1 Ética e moral.			
2 Ética, princípios e valores.			
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.			
4 Ética e função pública.			
5 Ética no Setor Público.			
5.1 Resolução nº 147/2011 (Código de Conduta do Conselho da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus)			
5.2 Lei nº 8.112/1990, e suas alterações.			
5.2.1 Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição.			
5.2.2 Direitos e vantagens.			
5.2.3 Regime disciplinar: deveres, proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades, processo administrativo disciplinar.			
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:			
1 Regimento Interno do TRF 1ª Região			
2 Lei nº 8.429/1992, e suas alterações: disposições gerais, atos de improbidade administrativa. 3 Resolução CNJ nº 230/2016.			
DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:			



1 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, ratificada, no âmbito do direito interno, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.			
2 A constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência. A política nacional para a integração das pessoas com deficiência; diretrizes, objetivos e instrumentos.			
3 Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999, e suas alterações. As responsabilidades do Poder Público. Educação. Saúde. Formação profissional e do trabalho. Recursos humanos. Edificações. A criminalização do preconceito. As categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla.			
4 Lei nº 10.048/2000, e suas alterações (Prioridade de atendimento) posteriores.			
Lei nº 10.098/2000, e suas alterações (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida).			
5 O Decreto nº 5.296/2004, e suas alterações.			
6 Reserva de cargos e empregos públicos estaduais para pessoas com deficiência. Acesso à justiça. O Ministério Público. A ação civil pública para a tutela jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos das pessoas com deficiência. A ação civil pública para a tutela jurisdicional dos direitos individuais das pessoas portadoras de deficiência.			
RACIOCÍNIO ANALÍTICO:			
1 Raciocínio analítico e a argumentação.			
1.1 O uso do senso crítico na argumentação.			
1.2 Tipos de argumentos: argumentos falaciosos e apelativos.			
1.3 Comunicação eficiente de argumentos.			
RACIOCÍNIO LÓGICO:			
1 Estruturas lógicas.			
2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.			
3 Lógica sentencial (ou proposicional).			
3.1 Proposições simples e compostas.			
3.2 Tabelas verdade.			
3.3 Equivalências.			
3.4 Leis de Morgan.			
3.5 Diagramas lógicos.			
4 Lógica de primeira ordem.			
5 Princípios de contagem e probabilidade.			
6 Operações com conjuntos.			
7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.			
DIREITO CONSTITUCIONAL:			
1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.			
1.2 Supremacia da Constituição.			
1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.			
1.4 Interpretação das normas constitucionais.			
1.4.1 Métodos, princípios e limites.			
2 Poder constituinte.			
2.1 Características.			
2.2 Poder constituinte originário.			
2.3 Poder constituinte derivado.			
3 Princípios fundamentais.			
4 Direitos e garantias fundamentais.			



4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.				
4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.				
4.3 Direitos sociais.				
4.4 Nacionalidade.				
4.5 Direitos políticos.				
4.6 Partidos políticos.				
5 Organização do Estado.				
5.1 Organização político-administrativa.				
5.2 Estado federal brasileiro.				
5.3 A União.				
5.4 Estados federados.				
5.5 Municípios.				
5.6 O Distrito Federal.				
5.7 Territórios				
5.8 Intervenção federal.				
5.9 Intervenção dos Estados nos Municípios.				
6 Administração Pública.				
6.1 Disposições gerais.				
6.2 Servidores públicos.				
6.3 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.				
7 Organização dos poderes no Estado.				
7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.				
7.2 Poder Legislativo.				
7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições.				
7.2.2 Comissões parlamentares de inquérito.				
7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.				
7.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU).				
7.2.5 Processo legislativo.				
7.2.6 Prerrogativas parlamentares.				
7.3 Poder Executivo.				
7.3.1 Presidente da República.				
7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades.				
7.3.2 Ministros de Estado.				
7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional.				
7.4 Poder Judiciário.				
7.4.1 Disposições gerais.				
7.4.2 Órgãos do Poder Judiciário.				
7.4.2.1 Organização e competências.				
7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).				
8 Funções essenciais à justiça.				
8.1 Ministério Público.				
8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências.				
8.2 Advocacia Pública.				
8.3 Advocacia e Defensoria Pública.				
9 Controle da constitucionalidade.				
9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro.				
9.2 Controle incidental ou concreto.				
9.3 Controle abstrato de constitucionalidade.				
9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.				



9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.				
9.6 Ação direta de inconstitucionalidade.				
9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.				
9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.				
9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.				
9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito distrital.				
10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.				
11 Ordem social.				
DIREITO ADMINISTRATIVO:				
1 Introdução ao direito administrativo.				
1.1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.				
1.2 Objeto do direito administrativo.				
1.3 Fontes do direito administrativo.				
1.4 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo.				
1.5 Princípios da administração pública.				
2 Administração Pública.				
2.1 Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material.				
2.2 Órgão público: conceito e classificação.				
2.3 Servidor: cargo e funções.				
2.4 Atribuições.				
2.5 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição.				
2.6 Avocação e delegação de competência.				
2.7 Ausência de competência: agente de fato.				
2.8 Administração direta e indireta.				
2.9 Autarquias.				
2.10 Fundações Públicas.				
2.11 Empresas Públicas e privadas.				
2.12 Sociedades de economia mista.				
2.13 Entidades paraestatais.				
2.14 Dispositivos pertinentes contidos na Constituição Federal de 1988.				
3 Atos administrativos.				
3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação.				
3.2 Fato e ato administrativo.				
3.3 Atos administrativos em espécie.				
3.4 Parecer: responsabilidade do emissor do parecer.				
3.5 O silêncio no direito administrativo.				
3.6 Cassação.				
3.7 Revogação e anulação.				
3.8 Processo administrativo.				
3.9 Lei nº 9.784/1999.				
3.10 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.				
3.11 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo.				
3.12 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo.				
3.13 Atos administrativos simples, complexos e compostos.				
3.14 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.				
3.15 Atos administrativos gerais e individuais.				
3.16 Atos administrativos vinculados e discricionários.				
3.17 Mérito do ato administrativo, discricionariedade.				



3.18 Ato administrativo inexistente.			
3.19 Teoria das nulidades no direito administrativo.			
3.20 Atos administrativos nulos e anuláveis.			
3.21 Vícios do ato administrativo.			
3.22 Teoria dos motivos determinantes.			
3.23 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.			
4 Poderes da administração pública.			
4.1 Hierarquia; poder hierárquico e suas manifestações.			
4.2 Poder disciplinar.			
4.3 Poder de polícia.			
4.4 Polícia judiciária e polícia administrativa.			
4.5 Liberdades públicas e poder de polícia.			
4.6 Principais setores de atuação da polícia administrativa.			
5 Serviços públicos.			
5.1 Concessão, permissão, autorização e delegação.			
5.2 Serviços delegados.			
5.3 Convênios e consórcios.			
5.4 Conceito de serviço público.			
5.5 Caracteres jurídicos.			
5.6 Classificação e garantias.			
5.7 Usuário do serviço público.			
5.8 Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens.			
5.9 Permissão e autorização.			
6 Intervenção no domínio econômico: desapropriação.			
7 Contratos administrativos.			
7.1 Conceito, peculiaridades e interpretação.			
7.2 Formalização.			
7.3 Execução, inexecução, revisão e rescisão.			
7.4 Convênios e consórcios administrativos.			
8 Controle da administração pública.			
8.1 Conceito, tipos e formas de controle.			
8.2 Controle interno e externo.			
8.3 Controle parlamentar.			
8.4 Controle pelos tribunais de contas.			
8.5 Controle administrativo.			
8.6 Recurso de administração.			
8.7 Reclamação.			
8.8 Lei nº 8.429/1992, e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa).			
8.9 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una.			
8.10 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.			
8.11 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas.			
8.12 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.			
8.13 Prescrição administrativa.			
8.14 Representação e reclamação administrativas.			
9 Agentes públicos e servidores públicos.			
9.1 Agentes públicos (servidor público e funcionário público).			
9.2 Natureza jurídica da relação de emprego público.			
9.3 Preceitos constitucionais.			



9.4 Funcionário efetivo e vitalício: garantias.			
9.5 Estágio probatório.			
9.6 Funcionário ocupante de cargo em comissão.			
9.7 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis.			
9.8 Lei nº 8.112/1990, e suas alterações.			
9.9 Regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar.			
9.10 Improbidade administrativa.			
9.11 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.			
9.12 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. 10 Bens públicos.			
10.1 Classificação e caracteres jurídicos.			
10.2 Natureza jurídica do domínio público			
10.3 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno.			
10.4 Limitações administrativas.			
10.5 Zoneamento.			
10.6 Polícia edilícia.			
10.7 Tombamento.			
10.8 Servidões administrativas.			
10.9 Requisição da propriedade privada.			
10.10 Ocupação temporária.			
11 Responsabilidade civil do Estado.			
11.1 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos.			
11.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.			
11.3 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro.			
DIREITO CIVIL:			
1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.			
1.1 Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis.			
1.2 Conflito das leis no tempo.			
1.3 Eficácia da lei no espaço.			
2 Pessoas naturais.			
2.1 Existência.			
2.2 Personalidade.			
2.3 Capacidade.			
2.4 Nome.			
2.5 Estado.			
2.6 Domicílio.			
2.7 Direitos da personalidade.			
2.8 Ausência.			
3 Pessoas jurídicas.			
3.1 Constituição.			
3.2 Extinção.			
3.3 Domicílio.			
3.4 Sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações.			
3.5 Sociedades, fundações.			
3.6 Desconsideração da personalidade jurídica.			
3.7 Responsabilidade.			



4 Bens.				
4.1 Diferentes classes.				
5 Ato jurídico.				
5.1 Fato e ato jurídico.				
6 Negócio jurídico.				
6.1 Disposições gerais.				
6.2 Classificação, interpretação.				
6.3 Elementos.				
6.4 Representação, condição.				
6.5 Termo.				
6.6 Encargo.				
6.7 Defeitos do negócio jurídico.				
6.8 Validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.				
6.9 Simulação.				
7 Atos jurídicos.				
7.1 Lícitos e ilícitos.				
8 Prescrição e decadência.				
9 Prova.				
10 Obrigações.				
10.1 Características.				
10.2 Obrigações de dar.				
10.3 Obrigações de fazer e de não fazer.				
10.4 Obrigações alternativas.				
10.5 Obrigações divisíveis e indivisíveis.				
10.6 Obrigações solidárias.				
10.7 Obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia.				
10.8 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.				
10.9 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.				
10.10 Obrigações líquidas e ilíquidas.				
10.11 Obrigações principais e acessórias.				
10.12 Transmissão das obrigações.				
10.13 Adimplemento e extinção das obrigações.				
10.14 Inadimplemento das obrigações.				
11 Contratos.				
11.1 Contratos em geral.				
11.2 Disposições gerais.				
11.3 Extinção.				
11.4 Espécies de contratos regulados no Código Civil.				
12 Atos unilaterais.				
13 Títulos de crédito.				
13.1 Disposições gerais.				
13.2 Títulos ao portador, à ordem e nominativos.				
14 Responsabilidade civil.				
15 Preferências e privilégios creditórios.				
16 Empresário.				
17 Direito de empresa.				
17.1 Estabelecimento.				
18 Posse.				
19 Direitos reais.				



19.1 Propriedade.				
19.2 Superfície.				
19.3 Servidões.				
19.4 Usufruto.				
19.5 Uso.				
19.6 Habitação.				
19.7 Direito do promitente comprador.				
20 Direitos reais de garantia.				
21 Direito de família.				
21.1 Casamento.				
21.2 Relações de parentesco.				
21.3 Regime de bens entre os cônjuges.				
21.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores.				
21.5 alimentos.				
21.6 Bem de família.				
21.7 União estável.				
21.8 Concubinato.				
21.9 Tutela.				
21.10 Curatela.				
22 Direito das sucessões.				
22.1 Sucessão em geral.				
22.2 Sucessão legítima.				
22.3 Sucessão testamentária.				
22.4 Inventário e partilha.				
23 Lei nº 8.078/1990, e suas alterações (Direito das relações de consumo).				
23.1 Consumidor.				
23.2 Fornecedor, produto e serviço.				
23.3 Direitos básicos do consumidor.				
23.4 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.				
23.5 Práticas comerciais.				
23.6 Proteção contratual.				
24 Lei nº 10.741/2003, e suas alterações (Estatuto do Idoso).				
25 Lei nº 8.069/1990, e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).				
25.1 Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituída.				
DIREITO PROCESSUAL CIVIL:				
1 Jurisdição e ação.				
1.1 Conceito, natureza e características.				
1.2 Condições da ação.				
2 Partes e procuradores.				
2.1 Capacidade processual e postulatória.				
2.2 Deveres e substituição das partes e procuradores.				
3 Litisconsórcio e assistência.				
4 Intervenção de terceiros.				
4.1 Oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo.				
5 Ministério Público.				
6 Competência.				
6.1 Em razão do valor e da matéria.				



6.2 Competência funcional e territorial.				
6.3 Modificações de competência e declaração de incompetência.				
7 O Juiz. 8 Atos processuais.				
8.1 Forma dos atos.				
8.2 Prazos.				
8.3 Comunicação dos atos.				
8.4 Nulidades.				
9 Formação, suspensão e extinção do processo.				
10 Processo e procedimento.				
10.1 Procedimentos ordinário e sumário.				
11 Procedimento ordinário.				
11.1 Petição inicial.				
11.2 Requisitos, pedido e indeferimento.				
12 Resposta do réu.				
12.1 Contestação, exceções e reconvenção.				
13 Revelia.				
14 Julgamento conforme o estado do processo.				
15 Provas.				
15.1 Ônus da prova.				
15.2 Depoimento pessoal.				
15.3 Confissão.				
15.4 Provas documental e testemunhal.				
16 Audiência.				
16.1 Conciliação, instrução e julgamento.				
17 Sentença e coisa julgada.				
18 Liquidação e cumprimento da sentença.				
19 Recursos.				
19.1 Disposições gerais.				
20 Processo de execução.				
20.1 Execução em geral.				
20.2 Diversas espécies de execução.				
20.2.1 Execução para entrega de coisa.				
20.2.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer.				
21 Execução de ações coletivas.				
22 Processo cautelar e medidas cautelares.				
22.1 Disposições gerais.				
22.2 Procedimentos cautelares específicos (arresto, sequestro, busca e apreensão).				
22.3 Exibição e produção antecipada de provas.				
23 Procedimentos especiais.				
23.1 Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa.				
DIREITO PENAL:				
1 Fontes do direito penal.				
1.1 Princípios aplicáveis ao direito penal.				
2 Aplicação da lei penal.				
2.1 Princípios da legalidade e da anterioridade.				
2.2 A lei penal no tempo e no espaço.				
2.3 Tempo e lugar do crime.				
2.4 Lei penal excepcional, especial e temporária.				



2.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.			
2.6 Pena cumprida no estrangeiro.			
2.7 Eficácia da sentença estrangeira.			
2.8 Contagem de prazo.			
2.9 Frações não computáveis da pena.			
2.10 Interpretação da lei penal.			
2.11 Analogia.			
2.12 Irretroatividade da lei penal.			
2.13 Conflito aparente de normas penais.			
3 Crime.			
3.1 Classificação dos crimes.			
3.2 Teorias do crime.			
3.3 O fato típico e seus elementos.			
3.4 Relação de causalidade.			
3.5 Superveniência de causa independente.			
3.6 Relevância da omissão.			
3.7 Crime consumado e tentado.			
3.8 Pena da tentativa.			
3.9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.			
3.10 Arrependimento posterior.			
3.11 Crime impossível.			
3.12 Crime doloso, culposo e preterdoloso.			
3.13 Agravamento pelo resultado.			
3.14 Concurso de crimes.			
3.15 Erro sobre elementos do tipo.			
3.16 Discriminantes putativas.			
3.17 Erro determinado por terceiro.			
3.18 Erro sobre a pessoa.			
3.19 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).			
3.20 Coação irresistível e obediência hierárquica.			
3.21 Ilicitude e causas de exclusão.			
3.22 Excesso punível.			
3.23 Culpabilidade.			
3.23.1 Teorias, elementos e causas de exclusão.			
3.24 Crimes contra a pessoa.			
3.25 Crimes contra o patrimônio.			
3.26 Crimes contra a propriedade imaterial.			
3.27 Crimes contra a organização do trabalho.			
3.28 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.			
3.29 Crimes contra a dignidade sexual.			
3.30 Crimes contra a família.			
3.31 Crimes contra a incolumidade pública.			
3.32 Crimes contra a paz pública.			
3.33 Crimes contra a fé pública.			
3.34 Crimes contra a Administração Pública.			
3.35 Lei nº 8.072/1990, e suas alterações (delitos hediondos).			
3.36 Lei nº 7.716/1989, e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça o u de cor).			
3.37 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).			



3.38 Lei nº 12.850/2013, e suas alterações (crime organizado).			
3.39 Lei nº 9.605/1998, e suas alterações (crimes contra o meio ambiente)			
3.40 Lei nº 9.503/1997, e suas alterações (crimes de trânsito).			
4 Imputabilidade penal.			
5 Concurso de pessoas.			
6 Penas.			
6.1 Espécies de penas.			
6.2 Cominação das penas.			
6.3 Aplicação da pena.			
6.4 Suspensão condicional da pena.			
6.5 Livramento condicional.			
6.6 Efeitos da condenação.			
6.7 Reabilitação.			
6.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução.			
7 Medidas de segurança.			
7.1 Execução das medidas de segurança. 8 Ação penal.			
9 Punibilidade e causas de extinção.			
10 Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).			
11 Lei nº 4.898/1965, e suas alterações (abuso de autoridade).			
12 Lei nº 10.826/2003, e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).			
13 Lei nº 8.078/1990, e suas alterações (Código de Proteção e Defesa do Consumidor)			
.			
14 Lei nº 9.613/1998, e suas alterações (Lavagem de dinheiro).			
15 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992)			
16 Lei nº 11.340/2006, e suas alterações (Lei Maria da Penha).			
17 Lei nº 8.069/1990, e suas alterações - Dos Crimes e das Infrações Administrativas (Estatuto da Criança e do Adolescente).			
18 Lei nº 10.741/2003, e suas alterações (Estatuto do Idoso).			
19 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal.			
DIREITO PROCESSUAL PENAL:			
1 Fontes do direito processual penal.			
1.1 Princípios aplicáveis ao direito processual penal.	1	1	1
2 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.			
2.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.			
3 Inquérito policial.			
4 Processo, procedimento e relação jurídica processual.			
4.1 Elementos identificadores da relação processual.			
4.2 Formas do procedimento.			
4.3 Princípios gerais e informadores do processo.			
4.4 Pretensão punitiva.			
4.5 Tipos de processo penal.			
4.6 Jurisdição.			
5 Ação penal.			
6 Ação civil.			
7 Competência.			
8 Questões e processos incidentes.			
9 Prova.			
9.1 Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica). 10 Juiz, Ministério Público, acusado			



e defensor.				
10.1 Assistentes e auxiliares da justiça. 10.2 Atos de terceiros. 11 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.				
11.1 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária).				
12 Citações e intimações.				
13 Sentença e coisa julgada. 14 Processos em espécie. 14.1 Processo comum. 14.2 Processos especiais.				
15 Lei nº 9.099/1995, e suas alterações e Lei nº 10.259/2001, e suas alterações (juizados especiais criminais).				
16 Prazos.				
16.1 Características, princípios e contagem.				
17 Nulidades.				
18 Recursos em geral.				
19 Habeas corpus e seu processo.				
20 Lei nº 7.210/1984, e suas alterações (execução penal).				
21 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.				
22 Disposições gerais do Código de Processo Penal.				
23 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.				